

Preliminares estratégicas da sucessão

Newton Rodrigues *



A sucessão presidencial está longe na folhinha, mas presente na política. Nenhum lance de importância tangencia o pleito de 98, e os movimentos principais foram feitos por Fernando Henrique Cardoso, para possibilitar sua candidatura à reeleição, graças à montagem de uma conjunção de interesses a que foram atraídos os governadores e os prefeitos. Em condições nada edificantes seu pacote passou na Câmara, e, embora ainda falte a votação no Senado, não corre riscos, pelo menos no que se refere à Presidência. Para os governos estaduais, há tentativas de manter a desincompatibilização dos titulares-candidatos favorável a dezenas de senadores que, assim, reduziram as vantagens dos que estão nos cargos. Se isso ocorrer, as atuais alianças governamentais estarão ameaçadas pela maior possibilidade de concorrência entre seus componentes.

Além disso, como as chapas vitoriosas em 1994 não foram dobradas, isto é, compostas de políticos da mesma legenda, a barafunda poderá ser grande. Enfim, as hipóteses são inúmeras e as soluções não existem. No caso das prefeituras, os problemas serão idênticos, mas o assunto não é agudo, pois o pleito municipal está marcado para o final do século. Enquanto isso, trata-se de eliminar ou atingir fundamentalmente adversários federais e estaduais, e mesmo os eficazes trabalhos da CPI dos precatórios não estão imunes a essa eiva.

No momento, seis partidos, pelo número de filiados, diretórios, extensão das bancadas e posse de governos estaduais e municipais, dominam a estrutura formal de poder. O PSDB e o PFL, que formam a junta do coice do governo, aquela que garante a marcha do carro de bois, mar-

charão em teoria unidos no pleito, sem divergências no apoio a Fernando Henrique. Na prática, o teorema pode não ser demonstrável em toda parte, pois os pleitos governamentais têm efeito centrífugo e em alguns estados haverá disputas entre pefelistas e tucanos pelas governorias. Já há sintomas de divergências na pressão tucana para que Marco Maciel não figure na chapa presidencial de reeleição. As hipóteses situacionistas não levam em conta qualquer eventual (ou provável) desgaste de Fernando Henrique Cardoso nos próximos meses, devido ao esgotamento gradativo do "efeito real", à força desagregadora das disputas estaduais, ao acirramento das lutas sociais e às fortes reações sobre certas medidas de privatização, como no caso

Hoje, seis partidos, por força de sua organização e influência política, dominam a estrutura formal de poder

da Vale do Rio Doce. É como se os índices de popularidade presidencial e a votação da emenda reeleitoral assegurassem desde já a vitória em 1998.

A história política recente não confirma isso e FHC, um hábil tático no que diz respeito à própria carreira política, sabe disso, embora não passe recibo. Daí seu empenho em dividir e dentro do possível anular o setor não-governista do PMDB, ainda o maior partido, embora em evidente crise de decadência. O êxito obtido na votação da emenda na Câmara tornou extremamente difícil que a legenda possa seguir unida, no plano nacional, em 1998, o que põe em risco a tese de seu presidente Paes de Andrade sobre a determinação de a organização marchar com candidato próprio. O senador Sarney, que já se entendera com Fernando Henrique na votação da emenda reeleitoral, benéfica a sua filha Roseana, assim que voltou da Europa partiu imediatamente contra a idéia de candidato partidário e apontou o caminho do apoio ao

grão-tucano, como respeito à realidade.

O PPB, também atingido duramente pela adesão de grande parte de sua bancada ao comando do Planalto, depois do êxito eleitoral paulistano, sofre no purgatório das dificuldades, com a quebra de sua liderança interna na votação da emenda já referida e do curso da CPI dos títulos públicos, que está dando tratamento especial ao prefeito Celso Pitta e se encaminha, sob pressão de Mário Covas, que não deseja tê-lo como adversário na disputa do ano que vem, para convocar Maluf, que, além de ter perdido fôlego para a corrida presidencial, corre o risco de lhe fugirem até mesmo as possibilidades de voltar ao governo paulista. Goste-se ou não, nos jogos em curso, nem o PMDB, nem o PPB têm cacife para disputar com chances de êxito a Presidência da República, sobretudo contra quem já detém o poder.

O PDT, depois de uma situação de relevo, com a posse continuada do governo do Rio de Janeiro e a influência de seu líder Brizola, em várias áreas e em seu estado natal, virou o fio como se costuma dizer. O próprio Brizola, depois de quase chegar em segundo lugar na disputa com Fernando Collor, reunindo 16,08% do total de votos, caiu para o percentual de 3,18% nas últimas eleições presidenciais e passou a político de segundo plano, que os correligionários querem colocar no governo de Rondônia. Afinal, segundo conhecida peça teatral, Greta Garbo, quem diria, acabou em Irajá. O partido tem, é fato, o governo paranaense. Mas Lerner é um pedetista "ad hoc" que cavalga a legenda por falta de outra melhor.

Diferentemente do gaúcho, Lula e o PT cresceram de um pleito para outro, alcançando na última eleição presidencial a porcentagem de 27,04 (pouco menos que a de Fernando Collor no primeiro escrutínio de 1989). O partido também aumentou substancialmente a bancada no Congresso, consolidou-se na prefeitura de Porto Alegre e ganhou várias outras, apesar das sérias derrotas no Rio de Janeiro e São Paulo. O próprio Lula, entretanto, resiste a nova candidatura presidencial, talvez por lembrar-se daquele político pernambucano que, por ter perdido três vezes as disputas pelo governo do estado, foi apelidado de "João Três Tombos" e, apesar das especulações, ninguém poderia substituí-lo na empreitada.

Apesar de dificuldades próprias, algumas acima assinaladas, o governo vem conseguindo desarticular a oposição mais firme, costumeiramente rotulada "de esquerda", embora suas postulações primem pelo nacionalismo e o Estado patrimonial. Não há expectativa de que essa faixa importante e necessária da opinião pública tenha possibilidade de alcançar sozinho o governo de qualquer grande estado, com exceção talvez do Rio Grande do Sul, estando suas chances de derrotar o bloco oficial dependendo da formação de um bloco com forças do centro liberal.

E aí entra em foco Itamar Franco, de volta definitiva ao País, ao que se supõe, antes do fim do mês. Ser ou não ser candidato, eis a questão, não só para ele, mas para todos os círculos políticos. Apesar das notas depreciativas com que costumam brindá-lo certos colonistas sociais, Fernando Henrique Cardoso tem ciência e consciência de que o patrono de sua candidatura

é, no momento, o mais capacitado a atravessar-lhe o caminho. Daí que se aplique a seduzir amigos do ex-presidente que, por motivos afetivos ou fisiológicos, preferem vê-lo candidato fortíssimo ao Palácio da Liberdade em vez de correr os riscos de disputar o Planalto. E haja recados. Tal possibilidade, jamais animada por Itamar, foi agora dificultada por José Aparecido de Oliveira que, às vésperas de entrevistar-se, a convite, com Fernando Henrique, o que sucedeu na última quarta-feira, declarou-se candidato ao governo de Minas, objetivo para o qual já recebera apoio anterior de seu velho companheiro de lutas políticas, que, certamente, alegrou-se com o novo gesto.

Mais um pouco e talvez nos deparemos com novo fato importante perturbando a marcha do grão-tucano: a oficialização da candidatura Itamar. Sem partido, o ex-presidente, que já demonstrou arrojo ao completar a chapa de Fernando Collor, quando ela era tida como amadorismo perdido, e ajudou a levá-la à vitória, terá de optar por um deles, por força de lei, se quiser candidatar-se. Nos tempos de vice, sua volta ao PMDB chegou a ser cogitada, mas morreu no nascedouro, em vista de circunstâncias partidárias de Minas, do domínio de alguns próceres locais e da falta de compreensão da importância do lance, por parte de vários de seus correligionários. Não era preciso, entretanto, fina argúcia política para entender que uma coisa era um Collor com vice sem apoio de qualquer legenda e outra tê-lo integrando o maior partido. Mas isso são águas passadas. Tecnicamente, as possibilidades de Itamar encabeçar uma grande frente e ser um pólo eleitoral consistente desaconselham seu ingresso em qualquer dos grandes partidos, até porque todos os em que

poderia inscrever-se ou têm donos ou estão em incontornável crise interna, como é o caso do PMDB.

Entretanto, embora o apoio de máquinas partidárias seja importante, a prática eleitoral já demonstrou que elas não são decisivas, quando o candidato sabe criar fatos que mobilizem e demonstrem decisão individual. Collor afirmou-se assim, utilizando legenda sem a menor expressão, o desaparecido Partido da Juventude. Azarão do páreo, foi abrindo caminho, bateu personalidades como Lula, Brizola, Covas, Maluf e Ulysses e conquistou a Presidência com 35.089.998 votos (53,03% do total). No pleito seguinte, Fernando Henrique Cardoso, com um partido do quarto escalão, repetiu a dose em 1994, arrebanhando 34.376.367 votos (54,28% do total) em parte devido ao efeito do Plano Real, de que foi um executor no governo Itamar e que manteve em seu próprio.

A crise geral dos partidos aconselharia um partido pequeno, não de aluguel, preferencialmente com boas raízes em Minas, que, por suposto, seria a principal base de Itamar e é o grande estado menos sujeito a divisões quando há prata da casa em jogo. Depois de dois anos de afastamento técnico, até agora conveniente a ele próprio e ao presidente que ajudou a vencer, Itamar Franco está chegando ao momento de encerrar as dúvidas e reafirmar ousadia nas decisões. Disse-me um de seus amigos fraternos: "Ele ainda reúne condições de vitória se enfrentar os riscos para alcançá-la. E, se por acaso perder, terá sacudido o marasmo e despertado forças democráticas contra o absolutismo presidencial e o unanimismo amorfo". Aguardemos. ■